



Comunidade Fuduwaadhuna, região de Auaris
Terra Indígena Yanomami, Brasil
16 de maio de 2026

Ao Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
Sr. Mauro Vieira

Ao Ministro do Poder Popular para as Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela
Sr. Yván Gil Pinto

Ao Ministro da Saúde da República Federativa do Brasil
Sr. Alexandre Padilha

Ao Ministro do Poder Popular para a Saúde da República Bolivariana da Venezuela
Sr. Carlos Alvarado

À Vice-Ministra de Redes de Saúde Coletiva da República Bolivariana da Venezuela
Sra. Magda Melgris

Ào Ministro dos Povos Indígenas do República Federativa do Brasil
Sr. Eloy Terena

À Ministra do Poder Popular para os Povos Indígenas da República Bolivariana da Venezuela
Sra. Clara Vidal

À Secretária de Saúde Indígena – SESAI
Sra. Lúcia Tremembé

Ao Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana
Sr. Maurício Tomé Rocha

Ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania da República Federativa do Brasil
Sra. Ministra Janine Mello

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI da República Federativa do Brasil
Sr. Lúcia Alberta Baré



Estimadas autoridades,

Nós, representantes das associações Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela, reunidos na comunidade Fuduwaadhuna, região de Auaris, Terra Indígena Yanomami, Brasil, entre os dias 12 e 16 de maio de 2026, dirigimo-nos respeitosamente aos Ministérios de Relações Exteriores de nossos países para solicitar a criação de uma Câmara Técnica Binacional voltada ao enfrentamento da grave situação sanitária que afeta os povos Ye'kwana e Sanöma que habitam a região de Auaris em ambos os lados da fronteira.

As comunidades que vivem nesta região fronteiriça sofrem há anos com a elevada incidência de malária, o que resulta em um estado permanente de adoecimento e em elevado número de óbitos. Do lado brasileiro, Auaris concentra um dos maiores índices de casos de malária em povos indígenas no país, abrangendo os tipos vivax e falciparum. Do lado venezuelano, especialmente nas regiões do alto rio Caura e alto Ventuari, os casos sequer são contabilizados em razão da complexa situação assistência à saúde. Nessas áreas, o atendimento limita-se a visitas rápidas e esporádicas de equipes de saúde, inexistindo acesso contínuo a diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico.

Mais recentemente, observa-se, o aumento do fluxo migratório de comunidades Sanöma e Ye'kwana da Venezuela para o Brasil, especialmente para a região de Auaris, em busca de atendimento médico e melhores condições de vida. Para se ter uma ideia, no ano de 2025, 52% dos casos de malária registrados em Auaris foram de indígenas contaminados vindo da Venezuela. Embora essas comunidades sejam acolhidas pelos parentes e lideranças locais, a região de Auaris — atualmente com população superior a três mil habitantes — encontra-se sob forte pressão em relação à disponibilidade de recursos naturais indispensáveis à subsistência, como caça, pesca, terras agricultáveis e materiais tradicionais utilizados na construção das moradias.

A presença de garimpos ilegais no lado venezuelano agrava severamente esse cenário. As dezenas de cicatrizes deixadas pela atividade mineradora, como dezenas de cavas e lagos, tornam-se ambientes propícios à proliferação do mosquito vetor transmissor da malária. Além disso, tais garimpos atraem indígenas em busca de alguma

[Handwritten signatures and marks]



renda monetária, expondo-os à contaminação e contribuindo para a disseminação da doença em suas comunidades, muitas vezes sem que tenham conhecimento da própria contaminação.

A doença atravessa livremente a fronteira, porém os serviços públicos de saúde, não. Da mesma forma, enquanto os garimpeiros ilegais circulam pela linha divisória, as ações governamentais de fiscalização e repressão permanecem limitadas às fronteiras administrativas de cada país.

Diante dessa realidade, entendemos que o enfrentamento da crise sanitária e humanitária na região exige ações coordenadas e permanentes entre os governos do Brasil e da Venezuela. Acreditamos que a criação de uma Câmara Técnica Binacional pelos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países, com participação dos órgãos competentes das áreas de saúde, proteção territorial e repressão às atividades ilícitas, constitui medida necessária para a construção de um Plano Binacional de combate ao garimpo ilegal e de um programa estruturado de controle da malária e fortalecimento da assistência à saúde no lado venezuelano da fronteira.

A criação de instâncias técnicas intergovernamentais encontra fundamento na competência administrativa dos Estados para promover mecanismos de coordenação e cooperação internacional voltados à proteção da vida, da saúde e dos direitos humanos das populações fronteiriças, especialmente em contextos que demandam respostas conjuntas e interculturais.

Nossas associações indígenas colocam-se à inteira disposição para colaborar na construção dessas estratégias e no fortalecimento do diálogo entre os governos e as comunidades indígenas diretamente afetadas, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece o direito dos povos indígenas à participação e à consulta livre, prévia e informada em medidas suscetíveis de impactar seus territórios, modos de vida e direitos coletivos.

Confiamos no empenho de Vossas Excelências para assegurar os direitos fundamentais dessas comunidades indígenas, permitindo que os povos Ye'kwana e Sanöma possam viver com saúde, dignidade e segurança em seus territórios tradicionais, protegendo a floresta que preservam há gerações.



Respeitosamente,

Associação Wanasseduume Ye'kwana - Seduume

Julio *[Handwritten Signature]*

TANER – Texoli Associação do Povo Ninan do Estado de Roraima

Eliseu *[Handwritten Signature]*

YPASSALI Associação Sanumá

Matheus Ricardo *[Handwritten Signature]*

HUTUKARA Associação Yanomami.

Jandiran *[Handwritten Signature]*

UMAV - União Makiritarë alto Ventuari.

Johnny Maximino *[Handwritten Signature]*

KUYUNU – Organización Indígena Ye'kwana y Sanema, sector médio y alto Ventuari

ANIBERTO HERNANDEZ PACHECO
[Handwritten Signature]

Associação Civil Kanadakuni

Epitacio *[Handwritten Signature]*
Presidente

KUYUJANI – Organización Indígena de la cuenca del Caurá

Williams casto *[Handwritten Signature]*
COORDINADOR GENERAL

Empresa Indígena Tencua de Ventuari

Salvador *[Handwritten Signature]*
[Handwritten Signature]